

Comitê Gestor Regional do e-Gestão

#### Ata nº 005/2021

Ata de Reunião Ordinária do Comitê Gestor Regional do e-Gestão do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, realizada no dia 31 de maio de 2021.

Aos 31 dias do mês de maio de 2021, às 10h, por videoconferência na plataforma Google Meet, reuniram-se os integrantes do Comitê Gestor Regional do e-Gestão, sob a coordenação da Excelentíssima Desembargadora Vice Presidente Solange Maria Santiago Morais e presentes a Excelentíssima Juíza Titular da 18ª Vara do Trabalho de Manaus Selma Thury Vieira Sá Hauache, os servidores Ricardo Henrique Alves de Carvalho, Evandro Vídeo de Souza Junior, Mônica Lopes Sobreira Leite, Carlos Augusto da Silva, Nereida Martins Lacerda, Gabriela Maria Aragão Nery, Maria do Socorro Chaves de Sá Ribeiro, Davi Lima, Stanley Santos De Araújo, Janderson De Melo Antunes, Mastecely Abreu Nery e Valdecimar Brito Maciel. Ausentes a Excelentíssima Juíza Titular da Vara do Trabalho de Tabatinga Gisele Araújo Loureiro de Lima e Juiz do Trabalho Substituto Alexandro Silva Alves, que antecipadamente informaram, no grupo de whatsapp do referido comitê, que estariam em sessões de audiência nas respectivas unidades jurisdicionais, previamente designadas e a servidora Sthefany Souto Grando em usufruto de férias. Deliberações iniciais. Antes da apresentação da pauta, o servidor Ricardo Henrique Alves de Carvalho sugeriu a divisão das atividades no



Comitê Gestor Regional do e-Gestão

tocante a secretariar os trabalhos e confecção da pauta, mediante minuta de escala enviada aos servidores, integrantes do comitê. Pontuou que o NAPE está com apenas dois servidores, encontrando-se um deles em férias. A desembargadora Solange Maria Santiago Morais ponderou que o serviço fique concentrado em apenas um servidor visando uma continuidade e regularidade nos trabalhos indicando para secretariar, bem como a confecção da ata o servidor Mastecely Abreu Nery e como substituta/auxiliar a servidora Waldecimar Brito Maciel, por um prazo inicial de 4 (quatro) meses. Após a apresentação da pauta e da discussão de seus temas, foram realizadas as seguintes considerações e deliberações: confirmaram o nome dos servidores Mastecely Abreu Nery e Valdecimar Brito Maciel, como secretário e substituta/auxiliar, respectivamente. 1. Consolidação da análise dos usuários acerca do novo portal EG. O Chefe do Núcleo de Apoio ao PJe e Sistema e-Gestão - NAPE, o servidor Ricardo Henrique Alves de Carvalho, apresentou a seguinte informação: no tocante à análise das informações prestadas quanto ao acesso ao novo portal EG, alguns usuários fizeram anotações e encaminharam ao NAPE e as referidas informações foram compiladas com as críticas e sugestões. Informou que ainda não há previsão para iniciar o novo portal. A servidora Gabriela Maria Aragão Nery sugeriu que após as compilações fossem encaminhadas, por e-mail institucional, aos membros do comitê. Ante todo o exposto, os membros do Comitê deliberaram no sentido de encaminhar as críticas e sugestões aos os membros do comitê, por e-mail institucional. 2. Publicação do Ato conjunto 11/2021/SGP/SCR - Regulamenta a remessa e conferência dos dados EG no TRT11. O Chefe do Núcleo de Apoio ao PJe e Sistema e-Gestão - NAPE, o servidor Ricardo Carvalho, informou que o Ato



Comitê Gestor Regional do e-Gestão

Conjunto n. 11/2021/SGP/SCR, que regulamenta o procedimento de conferência dos dados do Sistema e-Gestão, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, foi efetivamente disponibilizado no DEJT, n. 3218, no dia 7 de maio de 2021. Ato contínuo, o NAPE encaminhou, por meio de e-mail institucional, cópia do referido normativo às unidades judiciárias e administrativas que possuam dados no e-Gestão, para fins de conferência e comunicação ao NAPE, no caso de eventuais inconsistências encontradas, referentes ao mês de abril/2021. O servidor Ricardo Henrique Alves de Carvalho informou que apenas três unidades do primeiro grau e três do segundo grau prestaram as informações, sendo encaminhadas à Corregedoria Regional, por força do mencionado ato conjunto. Os servidores Mastecely Abreu Nery e Valdecimar Brito Maciel informaram que fizeram a análise dos dados das respectivas unidades judiciárias em que estão lotados, oportunidade em que não identificaram nenhuma inconsistência deixando de informar ao NAPE, na forma indicada no ato conjunto, especificamente § 2º, art. 4 c/c art. 9º e anexo. A servidora Nereida Martins Lacerda mencionou a dificuldade na análise qualitativa e quantitativa dos referidos dados, que levava em média dois dias, quando trabalhava no gabinete da desembargadora Márcia Nunes da Silva Bessa. A desembargadora Solange Maria Santiago Morais mencionou a dificuldade dos gabinetes quanto à análise detalhada dos referidos dados, face o volume de trabalho ordinário, sistemática de várias pautas virtuais e telepresenciais, inclusive na mesma semana, bem como o déficit de servidores, o que só acentuou no decorrer de sua substituição na presidência, por quase quatro meses, oportunidade em que deslocou servidores do seu gabinete para Secretária Geral da Presidência, buscando a continuidade dos



Comitê Gestor Regional do e-Gestão

trabalhos. O servidor Ricardo Henrique Alves de Carvalho sugeriu uma maior divulgação quanto ao teor do  $\S 2^{\circ}$ , art. 4 c/c art.  $9^{\circ}$  e anexo – "as unidades deverão informar ao Núcleo de Apoio ao PJe e ao e-Gestão (NAPE) sobre a existência, ou não, de divergências nos dados estatísticos, por meio do preenchimento de formulário padronizado a ser disponibilizado pelo NAPE.". O servidor Carlos Augusto da Silva mencionou que a novidade quanto ao provimento pode estar causando essa ausência de informação. A desembargadora Solange Maria Santiago Morais sugeriu uma divulgação interna com os devidos esclarecimentos, com acompanhamento pelo NAPE. Ficou delineado que a divulgação do ato conjunto será realizada de forma interna por meio do quadro de avisos no próprio PJE, e-mail do NAPE e ASCOM, com o devido monitoramento e levantamento de dados pelo NAPE para deliberar na próxima reunião do comitê. O servidor Ricardo Henrique Alves de Carvalho fez esclarecimentos quanto à movimentação dos processos e análise dos dados no e-Gestão, especificamente quanto à localização do processo no gabinete – segundo grau, eis que por diversas vezes o processo mesmo saindo do gabinete com envio à secretaria da turma, por exemplo, ao realizar consulta processual a informação que aparece no sistema é como se não tivesse ocorrido movimento processual, o que exige uma interpretação mais profundada dos dados. O servidor Carlos Augusto da Silva informou que existe essa possibilidade de melhor análise no tocante à movimentação processual e localização quanto aos processos no primeiro grau. Pontuou que existem alguns equívocos de dados quanto se faz extração de dados e geração de relatório para envio ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ, por exemplo, a meta 2. Pontuou que o e-Gestao não foi concebido/criado para fins de relatório ao CNJ, o que gera tais inconsistências e no



Comitê Gestor Regional do e-Gestão

presente momento o CNJ está criando seu próprio relatório denominado DATAJUD. A desembargadora Solange Maria Santiago Morais ponderou que as ordens de cumprimento de metas pelos Conselhos Superiores emanam sem análise do porte e dificuldades dos Tribunais Regionais, sendo o nosso TRT11 de pequeno porte. Ante todo o exposto, os membros do Comitê deliberaram no sentido de que a divulgação do ato conjunto será realizada de forma interna por meio do quadro de avisos no próprio PJE, e-mail do NAPE e ASCOM, com o devido monitoramento e levantamento de dados pelo NAPE para deliberar na próxima reunião do comitê de e-Gestão. 3. Pedido de Melhoria - Apuração dos **Prazos médios.** O Chefe do Núcleo de Apoio ao PJe e Sistema e-Gestão - NAPE, o servidor Ricardo Henrique Alves de Carvalho, apresentou o seguinte pedido de melhoria enviado pelo Diretor da 16ª Vara do Trabalho de Manaus: "Venho pedir avaliação pelo comitê para a seguinte sugestão acerca de inclusão de relatório adicional no Egestão, qual seja, PRAZO MÉDIO DOS PROCESSOS EM TRÂMITE. Isso porque atualmente apenas temos relatórios que computam os prazos médios AO FINAL de etapas, fases ou arquivamento. Assim, ao se trabalhar em uma vara com muitos processos antigos, o resultado do prazo médio será o seu aumento, dando a impressão que a vara está piorando em eficiência, quando a verdade é o seu oposto.É que o prazo médio, na única forma como aferido atualmente (ao final de etapas) é estatística de natureza de médio e longo prazo, visto qualquer medida tomada para sua diminuição só surtirá efeitos após longo tempo de efetivação das mesmas..."A servidora Nereida Martins Lacerda apontou dificuldades técnicas para análise. A desembargadora Solange Maria Santiago Morais entende que ao colocar a proposta como melhoria é algo a ser analisado, mas não necessariamente a implantação desse indicador. O servidor Carlos



Comitê Gestor Regional do e-Gestão

Augusto da Silva informou que o indicador ainda não é previsto no sistema oficial do e-Gestão e para fazer a apuração dos dados apontados pela sugestão hoje o TRT11 não tem como fazer, eis que o procedimento é realizado pela equipe do TST. O servidor Ricardo Henrique Alves de Carvalho informou que o pedido apresentado pelo servidor já foi encaminhando ao antigo Corregedor-Geral do TST, Ministro Lélio Bentes Correa e que a demanda será acompanhada. sugestão seria a informação ao servidor requerente que ainda não houve a implementação, mas a existência de ferramenta no próprio PJE que o requerente poderia ter o acesso postulado. 4. Logout PJe. A juíza do trabalho Selma Thury Vieira Sá Hauache pontuou se existe alguma forma para que o acesso do PJE não saia automaticamente. O servidor Ricardo Henrique Alves de Carvalho informou que o logout está sendo no mínimo de sessenta minutos. A desembargadora Solange Maria Santiago Morais entende que o tempo de sessenta minutos não é suficiente, o que pode prejudicar o bom andamento dos trabalhos quando da análise de legislação e pesquisas. A servidora Valdecimar Brito Maciel informou que o pje está caindo de forma constante, mesmo com a manutenção do sinal de internet. O servidor Ricardo Henrique Alves de Carvalho informou que mesmo a matéria não sendo afeta ao presente comitê e sim no comitê do PJE, poderá fazer a consulta como uma demanda técnica/operacional. O servidor Evandro Vídeo de Souza Junior informou que geralmente o problema está relacionado com sinal de internet e, neste ano de 2021, houve apenas 3 (três) interrupções, com a devida certidão disponibilizada no portal. 5. GPREC - Regeração de Remessas. A servidora Gabriela Maria Aragão Nery questionou a possibilidade de incluir novo tópico no comitê, esclarecendo sobre migração dos dados precatório legado para o



Comitê Gestor Regional do e-Gestão

sistema GPrec. Esclareceu sobre a possibilidade de geração de nova remessa dos meses de fevereiro e março, com a deliberação a ser tomada pelo comitê. Pontuou que a sua preocupação perfaz-se face o mencionado comitê só irá reunir no final do próximo mês. O servidor Carlos Augusto da Silva informa que a geração de nova remessa é algo que pode gerar imperfeições, com discordância dos dados já enviados. Pede esclarecimentos à servidora Gabriela Maria Aragão Nery quanto aos benefícios e prejuízos ao Tribunal, pois geralmente novas remessas causam prejuízos aos dados do Regional. A servidora Mônica Lopes Sobreira Leite igualmente pede mais esclarecimentos quanto aos possíveis prejuízos, o que pode impactar em mais dados do Regional. A desembargadora Solange Maria Santiago Morais solicitou a máxima cautela quanto ao reenvio dos dados - remessas, conforme já mencionado pelos servidores da área técnica, devendo ser feita a análise dos custos e benefícios. A servidora Gabriela Maria Aragão Nery informou que com o GPrec os dados ficaram em desordem e alguns dados podem ter sido perdidos, mas apresentará na próxima reunião balanço mais apurado quanto aos custos e benefícios. O servidor Carlos Augusto da Silva informou que a geração de remessa pode gerar problemas com o CNJ, sendo assim solicita que a reunião fosse antecipada para possível análise de remessa, para evitar a perda dos dados de maio. A desembargadora Solange Maria Santiago Morais solicitou que a servidora Gabriela Maria Aragão Nery providenciasse o levantamento dos dados com máxima brevidade. O servidor Ricardo Henrique Alves de Carvalho esclareceu que a geração de nova remessa pode causar prejuízo aos dados anteriores, mas quanto ao RPV, o sistema tem um extrator próprio que antes era local agora é nacional, sendo assim teria a possibilidade de gerar apenas a remessa



Comitê Gestor Regional do e-Gestão

quanto aos Precatórios e RPV. Apontou que provavelmente não teremos perdas de dados concernentes aos meses de abril e maio eis, que já lançado pelo novo sistema. O servidor Carlos Augusto da Silva apontou que gerar novos dados com extrator separado é possível, mas que aguardaria os dados da servidora Gabriela Maria Aragão Nery, para análise. O servidor Ricardo Henrique Alves de Carvalho sugere fazer a geração normal - maio e, quando a servidora Gabriela Maria Aragão Nery apresentar os dados do precatório e RPV seja feita a nova remessa dos meses de fevereiro e março. Ficou determinada a análise pelos servidores Ricardo Henrique Alves de Carvalho e Gabriela Maria Aragão Nery quanto à possível alteração substancial dos dados dos precatórios e, em caso de grande impacto, será feita uma convocação dos membros do Comitê para debate sobre possível nova remessa. Caso não haja impacto nos dados relacionados ao sistema PJE, fica autorizada a regeração da remessa. 6. O servidor Carlos Augusto da Silva informou que existem alguns campos da produtividade dos magistrados no e-Gestão, no módulo mensal, sem registro de produtividade dos juízes do primeiro grau. Esclareceu que o Conselho Nacional de Justiça está com propósito de extrair os dados direto do sistema DATAJUD. O fato foi encaminhado por email mediante JIRA à Brasília. A servidora Nereida Martins Lacerda pede ao servidor Carlos que faça o encaminhamento das referidas informações à Corregedoria Regional, face a necessidade de análise de dados e comunicação à Corregedora. A desembargadora Solange Maria Santiago Morais informa que isso pode causar prejuízo para análise dos processos de promoção dos magistrados, o que pode ocorrer inclusive em cobrança à Corregedora. O servidor Ricardo Henrique Alves de Carvalho mencionou que, além do TRT11, o TRT2 também comunicou



Comitê Gestor Regional do e-Gestão

Brasília/CSJT sobre o problema da extração de dados do e-Gestao –produtividade primeiro grau. Ante todo o exposto, os membros do Comitê deliberaram no sentido monitorar os jiras existentes. Não havendo mais nada a tratar, declarou-se encerrada a reunião às 12h45min. Nada mais havendo, encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pelos membros presentes do Comitê e, por mim, que a redigi.

#### Assinado eletronicamente

#### SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

Desembargadora do Trabalho

Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

Coordenadora do Comitê Gestor Regional do e-Gestão

Assinado eletronicamente

#### SELMA THURY VIEIRA SÁ HAUACHE

Juíza Titular da 18ª Vara do Trabalho de Manaus

Assinado eletronicamente

#### RICARDO HENRIQUE ALVES DE CARVALHO

Chefe do Núcleo de Apoio ao PJe e e-Gestão



Comitê Gestor Regional do e-Gestão

Assinado eletronicamente

## EVANDRO VÍDEO DE SOUZA JUNIOR

Diretor da SETIC

Assinado eletronicamente

### MÔNICA LOPES SOBREIRA LEITE

Diretora da Assessoria de Gestão Estratégica

Assinado eletronicamente

#### CARLOS AUGUSTO DA SILVA

Chefe da Seção de Estatística

Assinado eletronicamente

#### **NEREIDA MARTINS LACERDA**

Secretária da Corregedoria Regional

Assinado eletronicamente

#### GABRIELA MARIA ARAGÃO NERY

Diretora da Secretaria Geral Judiciária



Comitê Gestor Regional do e-Gestão

#### Assinado eletronicamente

### MARIA DO SOCORRO CHAVES DE SÁ RIBEIRO

Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas

Assinado eletronicamente

#### **DAVI LIMA**

Representante da SETIC

Assinado eletronicamente

### STANLEY SANTOS DE ARAÚJO

Representante da SETIC

Assinado eletronicamente

### JANDERSON DE MELO ANTUNES

Representante da SETIC



Comitê Gestor Regional do e-Gestão

Assinado eletronicamente

#### **MASTECELY ABREU NERY**

Assessor de Desembargador Secretário

Assinado eletronicamente

### **VALDECIMAR BRITO MACIEL**

Diretora de Secretaria da 7ª VT de Manaus



